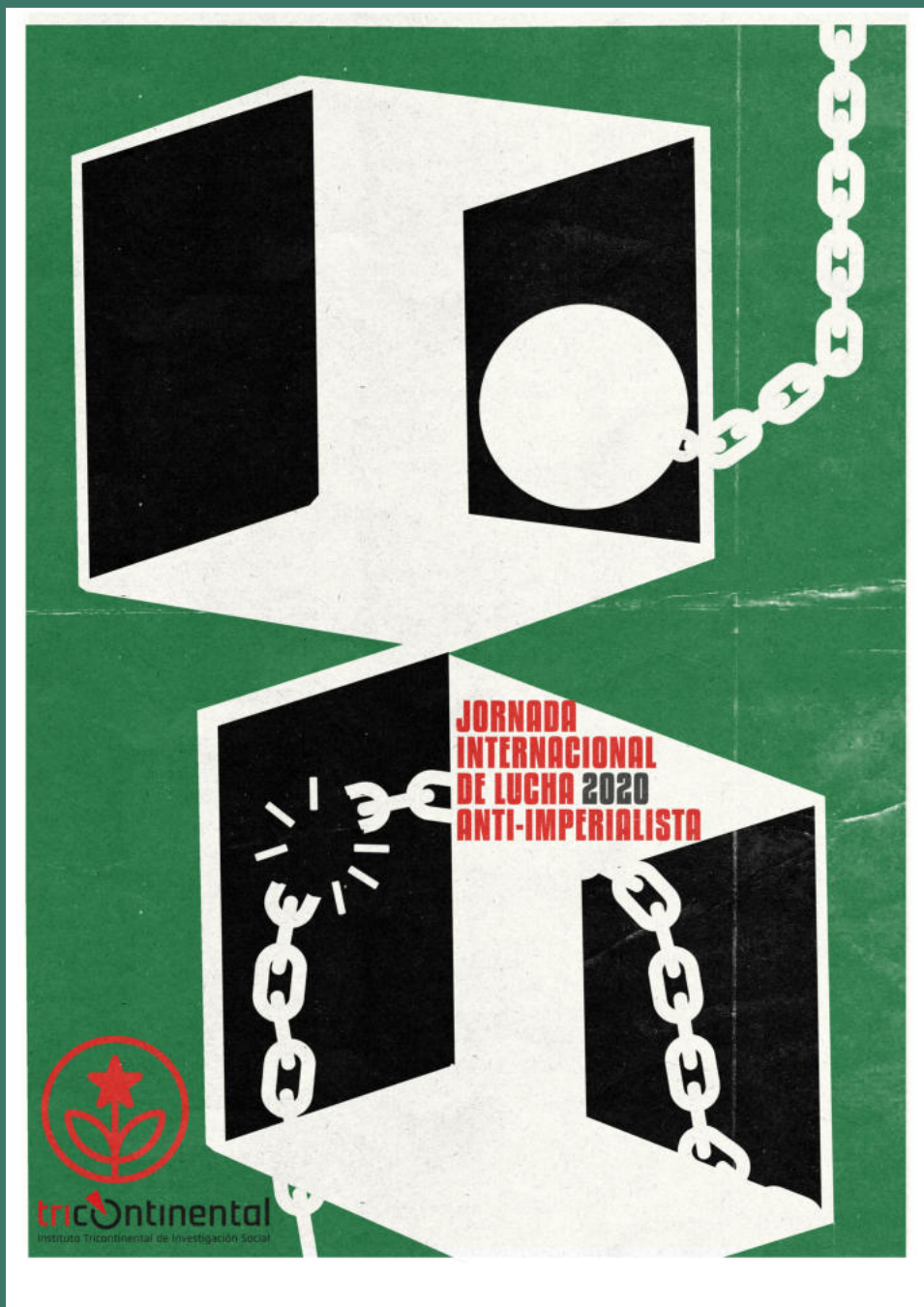




Pedro Sartorio (Argentina), *Capitalismo*, 2020.

7 Artigo

Passado, presente e perspectiva do mundo do trabalho e da luta de classes

Ary Carvalho de Miranda¹

Discutir o trabalho na perspectiva futura, lastreado na história passada, coloca uma série de questões para definir este passado, que poderia ser o trabalho nas comunidades tribais primitivas; o trabalho escravo dos impérios grego e romano; o trabalho servil do sistema feudal ou o trabalho sob a dominação do capital. A opção foi resgatar o trabalho a partir do capitalismo, fundamentalmente porque é a primeira vez na história da humanidade que se constitui uma classe, pelas contradições do próprio sistema, com identidade social universal, capaz de colocar a luta de classes em perspectiva da superação do sistema.

O universo do trabalho, objetivo deste ensaio, focado na dinâmica do capitalismo, deve ser compreendido em seu processo histórico, que engendra uma série de transformações desde a *Assim Chamada Acumulação Primitiva* (MARX, 1983), texto em que Marx escrutina as origens do capital, mostrando como, na história real, a subjugação, o assassinato para roubar e a violência sobre o campesinato de então, desde o último terço do século XV e início do XVI, desempenham um papel principal. Esse processo, uma vez que despoja o trabalhador da propriedade dos meios de produção e dos produtos que produzia e que garantia sua vida e de sua família, cria a base do modo de produção capitalista, “lançando uma massa de proletários livres como pássaros no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais” (MARX, 1983, p. 264). Deste modo, não resta alternativa ao trabalhador a não ser vender sua força de trabalho, que pertencerá aos capitalistas, donos também dos meios de produção (equipamentos e matérias-primas necessárias à produção de mercadorias).

1 Médico, doutor em ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Professor do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh) da Ensp/Fiocruz

Ao longo desses quase seis séculos de domínio capitalista, cujo objetivo não é outro senão a acumulação de riqueza por parte de quem detém os meios de produção, os processos de trabalho sofreram diversas transformações decorrentes da luta de classes, assim como pelo desenvolvimento da ciência, que passa, então, de uma investigação desinteressada, produzida fundamentalmente para o conhecimento da realidade, para um direcionamento ao desenvolvimento tecnológico, fundamental aos interesses do capital e de sua ampliação. A ideia inicial no campo filosófico de que a produção de conhecimento só deveria fazer sentido se colocada a serviço das necessidades humanas objetivas está na visão de Francis de Bacon (1997) que concebe a libertação do homem pela síntese entre a ciência e a técnica. Eis aqui, em potência, um dos alicerces que, em ato, sustentará a ciência moderna.

Se as concepções de Bacon lançaram um dos vetores que irão orientar decisivamente a aplicação da ciência para o desenvolvimento da sociedade industrial, não podiam elas, nem todo conhecimento acumulado até este século XVI, responder à unidade do corpo das ciências, pois, em sua totalidade e em seu conjunto eram constituídas apenas pelo espírito humano, ou seja, lastreado no indivíduo num contexto em que a religiosidade era o paradigma social. O deslocamento deste sujeito pensante para um outro lugar, que vai permitir estabelecer princípios universais capazes de orientar o olhar de todas as ciências, virá com o pensamento seminal de Descartes. Este lugar chama-se método, ou seja, trata-se da ordem que o pensamento deve seguir para alcançar a sabedoria e conforme a qual ela pensa em certo momento que a alcançou (DESCARTES, 2007). Com isso, dá mais um passo no sentido de tornar o conhecimento científico lastreado fora do Deus ou do ser e desloca-o para a racionalidade humana (MIRANDA, 2012).

Ao deslocar a produção do conhecimento científico da espiritualidade para os componentes objetivos da racionalidade humana, Descartes, com o método, erige, na primeira metade do século XVII, o segundo pilar da ciência moderna, juntando-se a Bacon, no impulso fundamental à síntese entre ciência e tecnologia, que irão impulsionar a revolução industrial, que neste tempo estava sendo gestada (MIRANDA, 2012).

A ciência entrava, então, num momento de radical mudança, iniciando uma nova configuração. A este respeito, e refletindo sobre seu curso histórico, Boaventura de Sousa Santos, em *Um Discurso sobre a Ciência*, enfatiza:

Estávamos então em meados do século XVIII, numa altura em que a ciência moderna, saída da revolução científica do século XVI pelas

mãos de Copérnico, Galileu e Newton, começava a deixar os cálculos esotéricos dos seus cultores para se transformar no fermento de uma transformação técnica e social sem precedentes na história da humanidade. Uma fase de transição, pois, que deixava perplexos os espíritos mais atentos e os fazia refletir sobre os fundamentos da sociedade em que viviam e sobre o impacto das vibrações a que iam ser sujeitos por via da ordem científica emergente (SANTOS, 2008, p. 17).

Mas se o trabalho surge na ontologia do ser social como uma categoria qualitativamente nova com relação às formas anteriores do ser, essa novidade, conforme assevera Lukács, em *Para uma Ontologia do ser Social II* (2013), está na “teoria marxiana segundo a qual o trabalho é a única forma existente de um ente teleologicamente produzido, que funda, pela primeira vez, a peculiaridade do ser social”. Assim, somente no trabalho é que a consciência ultrapassa a simples adaptação ao ambiente, “fazendo com que a consciência que orienta a transformação e reformulação da natureza, não pode ser mais, do ponto de vista ontológico, um epifenômeno” (LUKÁCS, 2013, p. 61).

É a partir dessa sociabilidade do trabalho que procuraremos mostrar suas transformações. Na forma inicial do desenvolvimento capitalista, o processo de produção pouco se distingue da produção artesanal das corporações, senão por uma maior quantidade de trabalhadores ocupados simultaneamente, porém já sob o domínio do capital. No entanto, esta situação permite uma certa racionalidade que alavanca a produção, barateando o valor das mercadorias e abaixando o valor da força de trabalho, o que significa o aumento da exploração. Esta forma de organização do trabalho, em que os trabalhadores trabalham lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo ou em processos de produção diferentes, mas conexos, Marx denomina de Cooperação Simples, e enfatiza que esta é

a primeira modificação que o processo de trabalho real experimenta pela sua subordinação ao capital. (...) Seu pressuposto, ocupação simultânea de um número relativamente grande de assalariados no mesmo processo de trabalho, constitui o ponto de partida da produção capitalista (MARX, 1983, p. 265).

Essa forma de organização do trabalho conforma-se classicamente na manufatura, que vai até o último terço do século XVIII, quando a grande indústria é, então, fertilizada. A manufatura inaugura a divisão técnica do trabalho, retirando

do trabalhador a capacidade de domínio de todo o processo, desenvolvido em seu ofício, e conferindo a ele tarefas parciais na produção. No entanto, ainda que a manufatura signifique a decomposição da atividade artesanal em seus vários procedimentos parciais, a execução permanece artesanal e, “portanto, dependente da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo de seu instrumento” (MARX, 1983, p. 269).

Ainda assim, importa destacar que a manufatura submete ao comando do capital o trabalhador e, enquanto a cooperação simples não modificava o modo de trabalho do indivíduo, a manufatura externaliza as forças intelectuais que se opõem ao trabalhador no processo de produção como poder que o domina. Mas é um processo que gera contradições para os plenos interesses do capital que, por não poder ainda plenamente disciplinar a força de trabalho, queixava-se da produtividade. Deste modo, sua base técnica estreita entra em conflito com as necessidades de produção ampliada, inerente à lógica da acumulação de capital. O desenvolvimento de equipamentos mecânicos mais complexos leva à produção, por sua vez, de máquinas, que superam a atividade artesanal, princípio regulador da atividade da produção social, o que significa a substituição do trabalho vivo por trabalho objetivado no capital fixo, cujo valor é reproduzido ao ser consumido no processo de produção. No *Grundrisse*, Marx sustenta que a apropriação do trabalho vivo pelo capital e pela máquina é originada na ciência e na aplicação de leis mecânicas e químicas, que permite à máquina executar o mesmo trabalho antes executado pelo trabalhador. E assevera:

A natureza não constrói máquinas nem locomotivas, ferrovias, telégrafos, elétricos, máquinas de fiar automáticas, etc. Elas são produtos da indústria humana, (...) elas são órgãos do cérebro humano; força do saber objetivado, do saber social geral, que deveio força produtiva imediata, (...) sob o controle do intelecto geral (MARX, 2011, p. 589).

E, no *O Capital*, o próprio Marx arremata estas transformações afirmando que

Assim, por um lado, é removido o motivo técnico da anexação do trabalhador a uma função parcial, por toda a vida. Por outro lado, caem as barreiras que o mesmo princípio impunha ao domínio do capital (MARX, 1983, p. 289).

Estão abertas, neste contexto, as portas para o desenvolvimento da grande indústria. O que é chamado então de “revolução industrial”, embora não seja um episódio com princípio e fim, tem sua origem situada nos 20 anos entre 1780 e 1800, contemporânea da revolução francesa, embora um pouco anterior a ela e, segundo Hobsbawm, em *A Era das Revoluções* “sob qualquer aspecto, este foi provavelmente o acontecimento mais importante da história do mundo, pelo menos desde a invenção da agricultura e das cidades” (HOBSBAWM, 1996, p. 45).

A grande indústria criou o mercado mundial, fertilizado pela descoberta da América e incrementado pelos mercados da Índia e da China. Este processo, que teve arranque na Inglaterra, hegemonizado pela burguesia industrial nascente impelida pela necessidade sempre de novos mercados, alcança todos os países. Como sustentam Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, “a burguesia obriga, sob pena de morte, todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, impelindo-as a abraçar o que ela chama de civilização”. Em uma palavra, dizem os autores (ENGELS e MARX, 1989, p. 35), “cria o mundo à sua imagem e semelhança”. E como necessidade essencial e força motriz de seu desenvolvimento, o capitalismo faz surgir o proletariado que, por sua universalidade, leva a termo o conhecimento da realidade social, pela primeira vez na história. Em seu estudo sobre a dialética marxista intitulado *História e Consciência de Classe*, ao abordar este fenômeno, Lukács escreve que

o capitalismo derruba todas as barreiras espaciais e temporais entre os diferentes países e domínios (...). Com ele desaparecem cada vez mais aquelas relações econômicas que regulam as trocas materiais imediatas entre o homem e a natureza, tornando o homem um verdadeiro ser social e a sociedade torna-se a realidade para o homem (LUKÁKS, 2003, p. 96).

Este fenômeno histórico teve significativo impacto sobre o universo do trabalho, em suas condições na saúde e na vida, tanto laboral como social e política dos trabalhadores. O crescente emprego das máquinas e a divisão técnica nos processos de trabalho transformam o trabalhador em um simples apêndice da máquina, requerendo dele apenas operações simples, monótonas e de fácil aprendizado. Por outro lado, o aumento significativo da produtividade decorrente deste arranjo faz diminuir o valor da força de trabalho e, assim, aumenta o grau de exploração sobre os trabalhadores. Ademais, a aceleração da velocidade

das máquinas exige intensificação do trabalho assim como vai aumentando o tempo da jornada. Para se ter uma ideia da escala produtiva decorrente da emergência industrial, apenas como exemplo, segundo Engels, em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, a indústria inglesa importava, “de 1771 a 1775, menos de cinco milhões de libras de algodão bruto, por ano; em 1841, 528 milhões, e a importação em 1844 atingira 600 milhões. Em 1834, a Inglaterra exportou 556 milhões de jardas de tecidos de algodão (...) e aproximadamente 1.200.000 de libras esterlinas de artigos de algodão” (ENGELS, 1986, p. 17). Corroborando esta escala produtiva, Hobsbawm (1996) destaca que a quantidade de algodão bruto importada pela Grã-Bretanha foi de tal ordem “que passou de 11 milhões de libras-peso em 1785 para 588 milhões em 1850 e a produção de tecidos de 40 milhões para 2,025 bilhões de jardas” (ENGELS, 1986, p. 54). Cabe destacar que este fenômeno se dá através de intensa exploração das colônias, com a utilização em grande monta do trabalho escravo.

Bernardo Ramazzini (2000), já em 1700, no contexto em que o capitalismo avançava em passos acelerados, analisou em sua obra intitulada *As Doenças dos Trabalhadores*, 53 atividades profissionais relacionando-as com os respectivos processos de trabalho e as doenças a que estes trabalhadores estavam expostos. Logo na abertura ele assinala que

O múltiplo e variado campo semeado de doenças para aqueles que necessitam ganhar salário e, portanto, terão de sofrer males terríveis em consequência do ofício que exercem, prolifera (...) devido à natureza nociva das substâncias manipuladas (...) e devido à violência que se faz à estrutura natural da máquina vital (...) que pouco a pouco pode produzir grave enfermidade (RAMAZZINI, 2000, p. 27).

O arranque do capitalismo a partir das conquistas tecnológicas relacionadas aos processos energéticos das máquinas com o advento da energia à vapor, no último terço do século XVIII, faz com que o século XIX consolide a grande indústria, que transfere o saber do trabalhador às máquinas, simplificando sua atividade produtiva ao mesmo tempo que alavanca de forma exponencial a produtividade do trabalho. É um processo que permite, além de cada vez mais estender a jornada de trabalho, que pode chegar a 14 ou 16 horas diárias, inserir crianças de todas as idades e as mulheres, até então vinculadas fundamentalmente ao trabalho doméstico. É um fenômeno que permite baratear o valor da força de trabalho, uma vez que não só o trabalhador é o pólo de sua sustentação da família,

mas a família inteira passa a ser explorada. Os fatos corroboram esta assertiva: as manufaturas de metal em Birmingham empregavam, para trabalhos pesados, 30 mil crianças, além de 10 mil mulheres. Nos anos de 1860, também na Inglaterra, o trabalho na mineração e na produção de carvão nas olarias ia de quatro horas da manhã até às nove horas da noite. A jornada de trabalho das cinco horas da manhã às sete horas da noite era considerada reduzida (MARX, 1983).

Quanto à exploração infantil e à jornada de trabalho, há o registro de que a idade mínima com que as crianças começam a trabalhar é de seis anos, algumas, no entanto, com menos de cinco anos. A jornada ia de oito horas da manhã às oito horas da noite, com 1/2 hora para refeições. E mais, “ao mesmo tempo, lâmpões a gás consomem o oxigênio do ar e, para manter as rendas limpas, as crianças, mesmo no inverno, têm de tirar os sapatos, embora o assoalho seja de laje ou ladrilho” (MARX, 1983, pág 75). O relatório da Comissão do Parlamento inglês, em 1816, traz o depoimento de Thomas Clarke, de 11 anos, emendador de fios:

Sempre nos batiam se adormecíamos... O capataz costumava pegar uma corda da grossura de meu polegar, dobrá-la, e dar-lhe em nós... Eu costumava ir para a fábrica um pouco antes das 6, por vezes às 5, e trabalhar até as nove da noite (HUBERMAN, 1972, p. 191).

Ainda, o relatório oficial intitulado *Child. Empl. Comn, V Report, 1866, p. XVI-XVIII*, publicado na obra de Marx (1983) acima citada, explicitava que

É impossível a uma criança passar pelo purgatório de uma olaria sem grande degradação moral (...) A linguagem baixa que tem de ouvir desde a mais tenra idade, os hábitos obscenos, indecentes e desavergonhados, entre os quais as crianças crescem inconscientes e meio selvagens, tornam-nas, para o resto da vida, sem-lei, vis e dissolutas. Uma terrível fonte de desmoralização é o modo como moram. São sete pessoas numa cabana constituída por duas ou, excepcionalmente três peças, com pouca ventilação (MARX, 1983, Tomo 2, p.73).

Também, conforme destacado na mesma obra o relatório do médico da enfermaria geral da indústria têxtil de Nottingham registra a crescente incidência de tuberculose nas mulheres rendeiras, que passa de um para cada 45 trabalhadoras, em 1852, para um em cada oito, em 1861 (MARX, 1983, Tomo 2, p.

75). Nessas condições, obviamente a degradação do estado de vida e saúde dos trabalhadores era evidente.

O novo proletariado das fábricas crescia de forma vertiginosa, era submetido a um grau significativo de exploração e vivia em condições miseráveis, conforme registrou Engels (1986). Corroborando esta assertiva, George Rosen (1958), em *Uma História da Saúde Pública*, mostra que a varíola era endêmica e uma das principais causas de morte, no início do século XVIII, nas cidades da Grã-Bretanha e no continente (ROSEN, 1994, p. 142). Ainda, na mesma obra, o autor assinala que, em meados do século XIX, Manchester tinha 1500 porões em que em uma cama três pessoas dormiam; 738 em que dormiam quatro pessoas e 281 em que dormiam 5. E mais, em Bristol, havia 2800 famílias, das quais 46% dispunham apenas de um aposento (ROSEN, 1994, p. 159-160), confirmando a degradação das condições de vida dos trabalhadores, decorrente da ordem econômica e política vigente (ROSEN, 1994, p. 159).

Os processos políticos sustentavam todo este curso histórico. Se a economia mundial capitalista foi estruturada pela revolução industrial inglesa, sua política e ideologia o foram pela Revolução Francesa, em fins do século XVIII, que abre as portas para o arranque do capitalismo. Como afirma Hobsbawm (1996), não foi uma revolução liderada por um partido, baseado em qualquer programa, mas sim um consenso de ideias gerais da burguesia centradas no liberalismo clássico, que expressavam o enfrentamento aos privilégios nobres, mas não a defesa de uma sociedade democrática e igualitária. Diz o autor: “o burguês liberal clássico de 1789 (ano da queda da Bastilha, em 14 de julho) não era um democrata, mas sim um devoto de um Estado secular com liberdades civis e garantias para a empresa privada e um governo de contribuintes e proprietários” (HOBSBAWM, 1996, p. 77).

Foi um processo que teve também grande participação do campesinato e dos demais movimentos em defesa dos trabalhadores, embora sem organicidade e força política para hegemonizar a Revolução socialista. Assim, sob o protagonismo burguês, logo após a queda da Bastilha, a estrutura rural feudal francesa havia desmoronado e estava, então, pavimentado política e ideologicamente o caminho para a consolidação do capitalismo.

Mas todo este quadro de exploração econômica e domínio político burguês impulsionava, por outro lado, a organização e resistência dos trabalhadores contra tanta espoliação. A característica coletiva das formas de inserção dos

trabalhadores nas fábricas potencializava uma identidade social diante das contradições emanadas da organização e exploração do trabalho, além de consciência de classe e agregação política capaz de gerar formas de reação e enfrentamento no sentido de superar tal situação. Essas formas de reação organizadas dos trabalhadores teve um tempo político para se desenvolver, marcado sempre pela repressão das classes dominantes. Segundo E. P. Thompson, em *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1989), havia uma tradição ilegal de resistência, como no caso dos “Ingleses Unidos”, no final dos anos 1790, e da “Lâmpada Negra”, em 1802, que era capaz de reunir numa sexta-feira, à noite, cerca de 200 trabalhadores (THOMPSON, 1989, Livro III, p. 33; 39). Em 1811, explica o autor: a clandestinidade outra vez se revela, mas desta vez com violento conflito através do movimento ludista, que destruía teares mecânicos em Lancashire, cisalhadeiras em Yorkshire e fazendo a resistência à suspensão de encomendas nas malharias nas Midlands (THOMPSON, 1989, livro III, p. 47). O ludismo, cujo termo deriva do nome do operário têxtil Ned Ludd, se espalha para outras cidades da Inglaterra e alcança a França. O parlamento inglês, que nunca tratara da questão operária, discutiu o assunto e aprovou, em 1812, uma lei que punia com a pena de morte os “quebradores de máquinas” (BORGES, 2006). O ludismo vai sendo superado, não só pela repressão das classes dominantes, mas pela compreensão dos próprios trabalhadores de que não era a máquina a sua inimiga, mas sim o uso que o capital fazia dela.

É no escopo de todo esse movimento, destaca Thompson na obra citada acima, que se dá a formação da “classe operária”, no período de 1790 a 1830, revelada na consciência de uma identidade de interesses entre todos esses diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes. Assim,

por volta de 1832, havia instituições da classe operária solidamente fundadas e autoconscientes – sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, movimentos religiosos e educativos, organizações políticas, periódicos – além das tradições intelectuais, dos padrões comunitários e da estrutura da sensibilidade da classe operária (THOMPSON, 1989, livro II, p. 17).

Nesse processo histórico, que faz construir uma classe com identidade social e consciência de si, universal e inserida coletivamente nos processos de trabalho, é que se constroem os sindicatos como os centros organizadores dos assalariados contra o capital. Ainda na segunda metade do século XIX, particularmente em

1864, é fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), também conhecida como Primeira Internacional. Foi a primeira organização operária a superar fronteiras nacionais, reunindo membros de todos os países da Europa e também dos Estados Unidos.

Nesse contexto, a lógica do Estado capitalista do século XIX era sustentada pelas ideias propagadas por Adam Smith no século anterior. Em sua obra mais expressiva, *A Riqueza das Nações* (2017), Smith sustentava que o mercado seria mais bem regulado por cada indivíduo, em função de seus próprios interesses, o que significava a restrição da ação do Estado. Era uma propagação de maior liberdade econômica, numa época em que a teoria econômica era hegemonizada pelo ideário mercantilista, de viés protecionista. O livre arbítrio era, para Smith, um pressuposto fundamental para um sistema mais ordenado. É aqui, portanto, que se encontra com clareza o papel da “mão invisível” formulada por ele. Afirma Smith, no capítulo 2 do livro 4 da obra citada, ao discorrer sobre as restrições das importações que um país pode produzir:

Preferindo apoiar a indústria doméstica, o indivíduo procura apenas sua segurança; e dirigindo aquela indústria de tal maneira que sua produção seja do maior valor, procura apenas seu próprio ganho, e nisto, é só levado por uma mão invisível a promover um fim que não era parte de sua intenção.(...) O estadista que procurasse dirigir os particulares sobre a maneira que deveriam empregar seus capitais, não só se sobrecarregaria com um cuidado desnecessário... (SMITH, 2017, p. 280).

Esse modelo liberal smithiano que presidiu o desenvolvimento do capitalismo, que avançava a passos de gigante no século XIX, viverá sua primeira grande crise no início dos anos 1870, proporcionando, pela primeira vez, a formação de trustes (fusão e incorporação de empresas de um mesmo setor, constituindo-se em uma única organização, para dominar o mercado) e cartéis (acordos de empresas independentes também para dominar o mercado). Lenin, em *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, sustenta que a depressão internacional da indústria na década de 1870, que se prolonga até início dos anos 1890, é o primeiro grande período de formação dos monopólios (LENIN, 1972, p. 19). Ele prossegue, na mesma obra, afirmando que o balanço principal da história dos monopólios é o seguinte:

1. 1860-1880, ponto culminante de desenvolvimento da livre concorrência;
2. Após a crise de 1873, desenvolvimento dos cartéis, todavia uma exceção;
3. Fins do século XIX e crise 1900-1903, os cartéis se convertem na base da vida econômica. O capitalismo se transformou em imperialismo (LENIN, 1972, p. 21).

Nesse contexto começa a se propagar com mais organicidade a luta dos trabalhadores, ainda que com ganhos insidiosos. Segundo Pochmann, em *Desestabilização do Trabalho* (2018), até o final do século XIX e início do século XX, as conquistas sindicais foram relativas, e a organização dos trabalhadores qualificados nos sindicatos de ofício, embora combativos e ousados, não obteve grandes conquistas. Diz o autor:

O resultado disso foi a instalação de enorme heterogeneidade no interior da classe trabalhadora, com mecanismos de proteção social e do trabalho proporcionados pelos sindicatos de ofício de atuação predominantemente anarcossindical (fundos de ajuda mútua e cooperativas de autoajuda) aos ocupados mais bem inseridos no desenvolvimento capitalista (POCHMANN, 2018).

A virada do século XIX ao século XX revela os fenômenos das contradições do desenvolvimento do capitalismo, com tamanha polarização política, econômica e social que Eric Hobsbawm caracteriza o século XX como *A Era dos Extremos* (1997). São transformações de natureza qualitativa em ao menos três aspectos destacados pelo autor, quais sejam: primeiro, o mundo tinha deixado de ser eurocêntrico. A segunda transformação, mais significativa, impõe às economias nacionais as complicações das atividades transnacionais, que faz do momento atual um universo tensionado entre a globalização cada vez mais acelerada e a incapacidade conjunta das instituições públicas e do comportamento coletivo dos seres humanos de se acomodarem a ela. A terceira transformação está relacionada à desintegração dos velhos padrões de relacionamento social humano, em que nos países capitalistas mais desenvolvidos passam a predominar os valores de um individualismo associal absoluto (HOBSBAWM, 1997, p. 25).

É neste período que é inaugurada a *Administração Científica do Trabalho*, formulada por Taylor (1995). Este fenômeno tecnológico-organizacional estabelece um conjunto de princípios orientadores que irão aperfeiçoar a forma de dominação produtiva do capital lapidando a divisão técnica do trabalho em busca do aumento do padrão de acumulação de capital, através do controle dos tempos e movimentos dos trabalhadores no processo de produção. Henry Ford (1926), nos anos 1910, aperfeiçoa o taylorismo, combinando o parcelamento das atividades com a fixação do trabalhador na esteira rolante e, com isso, impõe um ritmo ininterrupto ao processo de trabalho. Este arranjo produtivo traz modificações de tal ordem que vai impondo às demais empresas sua feição, sob pena de fazer sucumbir, por competitividade produtiva, quem a ele resistisse. Frente a essa máquina de guerra econômica os concorrentes não têm escolha: ou se adaptam às soluções fordistas, ou se refugiam em um nicho, uma trincheira onde a produção artesanal ainda possa ter rentabilidade. Efetivamente este fenômeno levou à grande quebra de empresas. Somente nos Estados Unidos, o número de fabricantes cai de 108, em 1921, para 12, em 1941. Os sobreviventes introduzem, então, os novos métodos de produção, baseados no ideário fordista e, em seguida, o sistema migra para outros países (GOUNET, 1999).

No pós-Segunda Guerra Mundial, os novos métodos de produção fordista se “universalizam” consolidando o fordismo não só como um sistema de produção em massa, mas como um modo de vida total. Ricardo Antunes, em *Adeus ao Trabalho: Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho* (ANTUNES, 1995), assevera que, além dos elementos constitutivos do processo de trabalho, o fordismo cria unidades fabris concentradas e verticalizadas e constitui e consolida o *operário-massa* e o trabalhador coletivo fabril, destacando que este componente será significativo na organização das lutas dos trabalhadores no enfrentamento com o capital, através da organização sindical e da influência nos partidos políticos, com importantes conquistas.

Essas conquistas dos trabalhadores organizados na lógica coletiva, no período dos chamados “Anos Dourados” do pós-Segunda Guerra, podem ser corroboradas também no trabalho de Jorge Mattoso intitulado *A Desordem do Trabalho* (1995), no qual apresenta as altas taxas de sindicalização no período. A Alemanha tinha 38% de trabalhadores sindicalizados; a Itália 41% e a Suécia possuía 74%, tendo 90% de seus trabalhadores amparados por contratos coletivos. Com isso, ganhos de produtividade eram sistematicamente incorporados às

suas rendas e, entre 1947 e 1973, os salários semanais reais nos EUA cresceram em média 1,84%, ao ano. Observa-se fenômeno semelhante em alguns países europeus: entre 1960 e 1973, na França, a taxa média do crescimento do salário real foi de 5%; no Reino Unido 3,3%; na Itália 6,5% e na Alemanha Ocidental 5,3%, ao ano. Ademais, o enfrentamento das questões relativas à organização do trabalho e suas consequências sobre a saúde humana era incorporado, em alguns países, à agenda que definia os conflitos de classe.

Importa destacar que esse processo é também consequência da reorganização do mundo no pós-Segunda Guerra. Em julho de 1944, quando a guerra era considerada vencida pelos aliados, reuniram-se dezenas de chefes de Estado na cidade de Bretton Woods, nos EUA, onde 44 países elaboram regras para o sistema monetário internacional. Nesse momento foram criados o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, definido o dólar como moeda universal, lastreada no ouro e colocando os EUA no centro do Império capitalista, deslocando a Inglaterra, que detinha este posto no século XIX. Nesse contexto, diante do fracasso do modelo smithiano de regulação econômica de caráter radicalmente liberal e da concretização do Estado socialista, a partir da revolução russa de 1917, e do papel de destaque da Rússia na derrota dos nazistas, as concepções do economista inglês John Maynard Keynes, formuladas em seu livro *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1988), lançado em 1936, passam a ser consideradas como alternativa para o capitalismo.

Nesta obra, Keynes preconiza a intervenção do Estado como elemento integrante e indispensável ao bom funcionamento do sistema econômico capitalista. Ao Estado caberia, portanto, eliminar a carência de demanda efetiva em momentos de recessão e desemprego, fazendo déficit orçamentário e emitindo títulos para extrair a “renda não gasta” do setor privado e com ela garantir que as máquinas ociosas voltem a operar. Assim, destrói também o mito de que a operação do Estado deve se pautar por grande austeridade financeira, não gastando mais do que coleta em tributos. Mostra, que em circunstâncias de desemprego o déficit fiscal é uma peça importante para o bom funcionamento do sistema econômico. Com esta concepção, assevera a necessidade de que o Estado deve garantir direitos sociais aos trabalhadores, tais como saúde, educação, aposentadoria, férias remuneradas, e outros. Essa política foi aplicada nos países centrais no pós-guerra, e, ao mesmo tempo em que responde aos interesses dos trabalhadores, tampona as perspectivas das revoluções socialistas, com reflexos nas economias coloniais.

No Brasil, até fins do século XIX, o processo produtivo estava ancorado no trabalho escravo no campo, que alimentava a dinâmica capitalista europeia. A migração de trabalhadores europeus, com a vinda, além dos portugueses, de italianos e espanhóis, principalmente no final do século XIX e início do século XX, traz um contingente de trabalhadores livres em relação aos meios de produção, aptos então a se tornarem assalariados da indústria emergente.

Mas é a partir dos anos 1930, com a ruptura com a chamada República Velha, que se acelera a industrialização do país, com a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (1941), da Companhia Vale do Rio Doce (1943) e da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945). Posteriormente, são criados o BNDES (então BNDE, 1952), a Petrobras (1953) e a Eletrobras (1962). Ainda na segunda metade da década de 1950, 2/3 dos recursos do Plano de Metas do governo eram dedicados à construção da rede de transporte e energia. No início dos anos 1960, o país crescia a uma taxa média de 5,2% ao ano e entre 1968 e 1974, ainda que sob a brutal ditadura militar, o país dobrou seu PIB num espaço de sete anos e teve um crescimento extraordinário de 10,7% em média, ao ano. Esta dinâmica desenvolvimentista foi também fomentada no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), lançado em 1974, que tinha como objetivo estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia. Ao final desses 50 anos, entre 1930 e 1980, o país atinge seu mais alto grau de desenvolvimento econômico, chegando a ter na industrialização 1/3 do PIB nacional. Hoje, a indústria atinge níveis de 1910, contribuindo com 9% do PIB (GOMES, 2020).

Todo este processo obedecia à teoria desenvolvimentista que visava o avanço econômico dos chamados países subdesenvolvidos, de forma dependente aos países de economia mais avançada. Importa destacar que esse crescimento esconde também as desigualdades sociais, ao mesmo tempo que faz crescer o operariado e a força do movimento operariado e a força do movimento sindical, de tal forma que no início dos anos 1980 houve uma taxa de sindicalização de 32 %, a maior de nossa história, enquanto hoje, com a desindustrialização acentuada, a taxa está em 9,2%, importante componente do enfraquecimento da luta orgânica dos trabalhadores.

Com o golpe de 2016, que alçou Michel Temer à Presidência da República com o apoio do grande capital, da mídia e das forças mais retrógradas do Congresso Nacional, foram aprovadas duas medidas que atingem fortemente os

direitos sociais e a organicidade dos trabalhadores, aumentando o nível de exploração e fragilizando ainda mais suas lutas. São elas a Emenda Constitucional 95 (EC 95), de 15 de dezembro de 2016, e a Reforma Trabalhista.

A EC 95 determina que, a partir de 2018, as despesas federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e define que vigorará por 20 anos, congelando os investimentos sociais já subfinanciados, como educação, saúde, habitação e outros. Com isso, demonizam o Estado e sacralizam o mercado, projetando aos interesses da iniciativa privada os projetos sociais que deveriam ser atributo do Estado. Já a Reforma Trabalhista estabelece cláusulas em que sistematicamente vai se abrindo espaço para o aumento da exploração sobre os trabalhadores, a perda de direitos trabalhistas e a fragilização das organizações sindicais. Exemplos disso são o contrato em tempo parcial; as terceirizações, que passam a abranger todas as atividades, além das chamadas atividades secundárias; a rescisão de contrato por acordo, descartando a obrigatória participação de sindicato, assim como o NEGOCIADO que passa a prevalecer sobre o LEGISLADO, mesmo que venha em prejuízo ao trabalhador. Estes são apenas alguns exemplos da perversa reforma trabalhista da lei 13.467 de 2017, que trouxe importantes e substanciais mudanças para a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Ainda considerando o período histórico do século XX, na Grande Depressão iniciada em 1929, segundo Pochmann, o mundo do trabalho experimentou outras importantes alterações, com significativas conquistas aos trabalhadores, embora sem alterar a natureza privada dos meios de produção. O novo sindicalismo, com sua força, generalizou os contratos de trabalho, que dava mais proteção aos trabalhadores, e tornou a repartição dos ganhos de produtividade menos desigual. Ainda, diz o autor: “essa nova realidade, embora centralizada nas economias de capitalismo avançado, não deixou de se manifestar também em países de industrialização tardia, **como no Brasil**” (Grifo nosso) (POCHMANN, 2016). Na sequência, destaca também as conquistas com relação à jornada máxima de trabalho e direitos dos trabalhadores relativos à contratação, demissão e aposentadoria. Em síntese, reafirma que “são conquistas laborais jamais identificadas anteriormente no desenvolvimento capitalista, como a redução da jornada de trabalho e o pleno emprego da força de trabalho”.

Mas, a partir da primeira metade da década de 1970, somam-se a este contexto o choque do petróleo e a possibilidade de “estagflação”, fazendo com que

o mundo capitalista pusesse em movimento um conjunto de processos que iniciam o enfrentamento ao fordismo. David Harvey, em *Condição Pós Moderna* (HARVEY, 1998), assinala que as décadas de 1970 e 1980 foram anos de grandes transformações na economia política que representam “os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta” (HARVEY, 1998, p. 140).

A era que então se inicia, ou seja, o Pós-Fordismo, Acumulação Flexível ou Reestruturação Produtiva, impõe uma tendência que flexibiliza os processos de trabalho e as formas contratuais, com importante reestruturação do mercado de trabalho. Os contratos coletivos deram lugar a diversas formas de contrato que se flexibilizam em: trabalho temporário, terceirizações, tempo parcial, autônomos e teletrabalho, contribuindo para a fragmentação e fragilizando a unidade dos trabalhadores no âmbito da produção e, conseqüentemente, na luta sindical. Jorge Mattoso (1995) refere-se a este período como o da emergência do novo padrão tecnológico e produtivo sob a *modernização conservadora*, afirmando que suas alterações também irão afetar o conjunto do mundo do trabalho, atingindo as relações no interior do processo produtivo, a divisão do trabalho, o mercado de trabalho, o papel dos sindicatos, as negociações coletivas e a própria sociabilidade de um sistema baseado no trabalho. Ou seja, trata-se de um forte impacto na luta de classes.

Para isso, a espinha dorsal atingida, inicialmente, foi o movimento sindical, através de enfrentamento político, fragmentando estruturalmente a representação dos trabalhadores, cujas conseqüências políticas estão expressas por Antunes, quando afirma:

Os sindicatos operaram um intenso caminho de crescente distanciamento dos movimentos autônomos de classe. Distanciam-se da ação, desenvolvida pelo sindicalismo classista e pelos movimentos sociais anticapitalistas, que visavam o controle social da produção, ação esta tão intensa em décadas anteriores, e subordinam-se à participação dentro da ordem. Tramam seus movimentos dentro dos valores fornecidos pela sociabilidade dos mercados e do capital. (...) As diversas formas de resistência de classe encontram barreiras na ausência de direções dotadas de uma consciência para além do capital (ANTUNES, 1995, p. 35-36).

Do ponto de vista político, a eleição de Margareth Thatcher, na Inglaterra, em 1979, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, em 1980, dão sustentação a este processo no que veio a ser chamado de “Globalização”. Em seguida, de forma mais explícita possível, para subordinar os países em desenvolvimento aos interesses do grande capital, o Consenso de Washington, em 1989, comandado pelos Estados Unidos através do FMI, do Banco Mundial e do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, sacramentam o protagonismo do capital financeiro desregulamentado e professam um receituário aos países em desenvolvimento, com dez regras, quais sejam: Disciplina fiscal; Redução dos gastos públicos; Reforma tributária; Juros de mercado; Câmbio de mercado; Abertura comercial; Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; Privatização das estatais; Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas) e Direito à propriedade intelectual.

A partir destas orientações, Pereira (2009) assevera que a doutrina neoliberal de Thatcher foi a ofensiva do capital, atacando o movimento sindical, os direitos sociais e qualquer política keynesiana, o que foi seguido na mesma linha por Reagan (PEREIRA, 2009, p. 163).

Com isso, abriu-se um processo de acumulação de capital, com protagonismo do capital financeiro desregulamentado e com o universo orgânico dos trabalhadores num franco processo de atomização, com consequências importantes no aumento da exploração e da retirada de direitos sociais dos trabalhadores. Os volumosos excedentes de capital dos EUA, o centro da crise mundial de 2008 (antes da crise de 2008, os EUA eram o destino de mais de 70% das saídas globais de capital), alimentaram as aventuras financeiras. Yanis Varoufakis, em *O Minotauro Global* (2016), demonstra que nos anos 1990 e 2000 houve uma série de fusões e aquisições, com a criação de grandes quantidades de valores fictícios. Na *Nova Economia* (denominação aos negócios relacionados às novas tecnologias de informação e comunicação), “a concessão de hipotecas e crédito pessoal para as classes média e trabalhadora derramou para o “subprime” montanhas de dinheiro privado.(...) Quando a farra acabou e o dinheiro privado evaporou, com o colapso do sistema bancário, a besta estava ferida de morte” (VAROUFAKIS, 2016, p. 25). A crise de 2008 dos EUA fez com que a dívida do setor financeiro passasse de 22% do PIB, em 1981, para 117%, em 2008. “Ainda, neste meio tempo, os cidadãos dos EUA viram sua dívida aumentar de 66% para 100% e, como um todo, a dívida agregada dos EUA, em 2008, excedeu 350% do PIB, quando em 1980 estava em 160%” (VAROUFAKIS, 2016, p. 34). No centro

do neoliberalismo, o governo dos EUA colocou US\$ 700 bilhões para salvar os bancos privados, o que também ocorreu, em outras proporções, com vários países europeus. Este fenômeno se espalhou para Europa e outros países, atingindo a economia de todo o mundo. Apesar do impacto devastador que teve sobre o nível de emprego e padrões salariais dos trabalhadores, as políticas neoliberais seguiram como vetor orientador da economia política e seus efeitos provocam, atualmente, uma importante reconfiguração no padrão das classes sociais, deslocando os trabalhadores do chão de fábrica para o comércio, para o telemarketing, para a uberização, a pejotização, para o trabalho informal, para o contrato zero hora e para o desemprego. Ou seja, vivemos atualmente a precarização estrutural do mundo do trabalho.

Antunes, em seu estudo sobre o trabalho contemporâneo, destaca que o trabalho impulsionado pelas tecnologias de informação e comunicação leva à mudança do conceito atual da classe trabalhadora em sua nova morfologia, que deve incorporar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, integrados em cadeias produtivas globais, não importando se as atividades que realizam sejam materiais ou imateriais, mais ou menos regulamentadas. Desse modo, o trabalho digital e flexível avança em quase todo o mundo do trabalho. A “pejotização” alcança médicos, advogados, professores, bancários, eletricitas, trabalhadores e trabalhadoras do *care* (cuidadores) e freelancers, que têm seus direitos burlados, assim como o *teletrabalho e/ou home office*, forma de trabalho que retira a sociabilidade do trabalhador e sua representação sindical (ANTUNES, 2018).

Desse modo, o capitalismo informacional e digital vem aprimorando sua engenharia de dominação, coadunando-se com a chamada indústria 4.0, criada na Alemanha em 2011, que intensifica processos produtivos automatizados, ampliando o trabalho morto e, assim, deslocando cada vez mais o trabalhador do emprego fabril. Essa nova fase, diferente da Revolução Industrial do século XVIII, do salto do motor à explosão da indústria automotiva do século XX e da reestruturação produtiva que se deu a partir dos anos 1970, inaugura a automação industrial com a hegemonia informacional-digital no mundo produtivo, com os celulares, tablets, smartphones e assemelhados controlando, supervisionando e comandando essa nova etapa da ciberindústria do século XXI (ANTUNES, 2018, p. 38).

Vivemos, então, uma nova era do mundo do trabalho, não apenas no universo do mercado, mas também na lógica da organização produtiva e da exploração

da força de trabalho, na organicidade dos trabalhadores e, conseqüentemente, na luta de classes. Nesta era, a metamorfose produtiva transfere ao trabalhador os custos do capital constante, como é o caso da uberização e do trabalho por aplicativos, em que os trabalhadores arcam com os custos dos meios de trabalho, ou seja, são obrigados a assumir a compra e manutenção dos veículos nos quais exercem seus ofícios assim como aqueles que trabalham remotamente, que assumem os custos dos computadores, que são seus instrumentos de trabalho, assim como os gastos com energia doméstica. Ainda, no enfrentamento decorrente da dialética capital-trabalho, os patrões muitas vezes são um algoritmo, um ente abstrato, praticamente anulando a possibilidade do enfrentamento.

Esta etapa do desenvolvimento capitalista, com a eclosão de sua crise a partir de 2008 e toda essa reconfiguração do mundo produtivo, expande a precarização estrutural do mundo do trabalho, criando o *precariado* que, segundo Standing (2011), não é uma classe para si, mas uma classe em construção, no sentido marxista do termo. Além da precariedade do trabalho e da renda social precária, lhes falta uma identidade baseada no trabalho. Quando empregados, estão em empregos sem carreira, sem tradições de memória social, sem um sentimento de pertencer a uma comunidade imersa em práticas estáveis, códigos de ética e normas de comportamento, reciprocidade e fraternidade. E destaca Standing

O precariado não se sente parte de uma comunidade de trabalho solidária. Isto intensifica um senso de alienação e instrumentalidade no que eles têm que fazer. Ações e atitudes, derivadas da precariedade, caminham para o oportunismo. Não há “sombra do futuro” pairando sobre suas ações, para dar-lhes um sentido do que o que eles dizem, fazem ou sentem hoje terá um efeito forte ou vinculativo em seus relacionamentos de longo prazo (STANDING, 2011, p. 12).

No Brasil, esta nova configuração estrutural do mundo do trabalho - com protagonismo do capital financeiro desregulamentado, gerando uma massa significativa de capital fictício -, impõe uma reconfiguração de classes na qual passa a predominar uma sociedade de serviços, além de um enorme contingente de desempregados (atualmente são 7,5 milhões), assim como de pessoas no trabalho informal, cerca de 38,9 milhões de trabalhadores (IBGE, 2024). Ademais, aumenta o nível de exploração e controle sobre a força de trabalho, num grau de sofisticação que exaure e desorganiza o trabalhador, deslocando seus canais e fragilizando significativamente suas lutas.

Este cenário, hegemonizado pelo que se tem chamado de neoliberalismo, promove o fortalecimento da ultradireita em vários países no mundo, inclusive no Brasil. Sua proposta é uma revolução radical no Estado, aprofundando o liberalismo e com implacável perseguição e extinção dos movimentos progressistas e favorecimento quase absoluto ao capital, além da pauta moral retrógrada que procura hegemonizar. Este cenário, de desagregação orgânica e política dos trabalhadores e do fortalecimento da ultradireita, transformou as organizações de esquerda em entidades liberais, dos partidos às principais entidades sociais, conformados nos limites do sistema vigente, colocando a luta de classes acomodada aos limites do capitalismo, renunciando à perspectiva transformadora de ruptura da ordem do capital. Esse quadro nos coloca profundos desafios teóricos para orientação tática e estratégica da práxis dos movimentos progressistas, tragados pela hegemonia do capital no mundo atual.

Nesta reconfiguração das relações produtivas na ordem capitalista atual está transfigurada a tendência do mundo do trabalho na sociedade contemporânea e a correlação de forças políticas inerentes à luta de classes. A ultradireita tem seu projeto de dominação elaborado, conta com significativo apoio popular, enquanto os partidos e movimentos sociais de esquerda sofrem um significativo revés conservador, distanciados do conjunto social, abortando, assim, as formulações e práticas das táticas e estratégias políticas na perspectiva de contenção do avanço protofascista e do projeto em direção ao socialismo. Esses são dilemas e desafios teóricos aos movimentos socialistas que, hoje, este cenário nos apresenta.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. Cortez Editora, São Paulo, 1995.
- ANTUNES, R. *O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, Editora Boitempo, 2018.
- BACON, F. *Novum Organum ou Verdadeiras Indicações Acerca da Interpretação da Natureza*. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1997.
- BORGES, A. *Origem e papel dos sindicatos*. Brasília, Módulo do Curso Centralizado de Formação Política – Escola Nacional de Formação da CONTAG, 2006.
- DESCARTES, R. *Discurso do Método*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2007.

ENGELS, F. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, Global Editora, 1986.

FORD, H. *Minha Vida e Minha Obra*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1926.

GOMES, C. *Projeto Nacional: O Dever da Esperança*. São Paulo, Casa dos Mundos/LeYa, 2020.

GOUNET, T. *Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel*. Editora Boitempo, São Paulo, 1999.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Editora Loyola, 1998

HOBSBAWM, E. *A Era das Revoluções*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1996.

HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos: O Breve Século XX*. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1997.

HUBERMAN, L. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

KEYNES, J. M. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1988

LENIN, V. I. *El Imperialismo, Fase Superior del Capitalismo*. Pequim, Ediciones en Lenguas Estrasneiras, 1972.

LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, G. *Para Uma Ontologia do Ser Social II*. São Paulo, Editora Boitempo, 2013

MARX, K.; ENGELS, F. *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 1989.

MARX, K. *Grundrisse*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ e São Paulo, Editora Boitempo, 2011.

MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

MATTOSO, J. *A Desordem do Trabalho*. Editora Página Aberta, São Paulo, 1995.

MIRANDA, A. C. Tese de doutorado intitulada *Reflexões acerca da situação e dos problemas referentes à crise socioambiental e seus reflexos à saúde humana: uma contribuição a partir do materialismo histórico e dialético*. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz, 2012.

PEREIRA, J. M. M. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense (UFF), 2009.

POCHMANN, M. *Desestabilização do Trabalho*. Rio de Janeiro, Revista Saúde em Debate, v. 42, n. Especial 3, p. 67-77, novembro 2018.

POCHMANN, M. *Brasil Sem Industrialização: a herança renunciada*. Ponta Grossa, Editora UEPR, 2016.

RAMAZZINI, B. *As Doenças dos Trabalhadores*. São Paulo, Fundacentro, 2000.

ROSEN, G. *Uma História da Saúde Pública*. São Paulo/Rio de Janeiro, UNESP-ABRASCO, 1994.

SANTOS, B. S. *Um Discurso Sobre as Ciências*. São Paulo, Editora Cortez, 2008.

SMITH, A. *A Riqueza das Nações*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2017.

STANDING, G. *The Precariat: The New Dandrous Class*. Nova York, Bloomsbury, 2011

TAYLOR, F. W. *Princípios de Administração Científica*. São Paulo, Editora Atlas, 1995.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989.

VAROUFAKIS, Y. *O Minotauro Global: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global*. São Paulo, Editora Autonomia Literária, 2016.